



**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EM REGIME
DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA Nº XXX/202XXX**

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
Nº xxxx, QUE FAZEM ENTRE SI O CONSELHO
REGIONAL DE ENFERMAGEM DE DO ESTADO DO RIO
GRANDE DO NORTE E A EMPRESA XXXXXXXXX.**

O CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO NORTE, entidade fiscalizadora do exercício profissional *ex vi* da Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, com sede no(a) na Rua das Gardêneas, 1805, Conjunto Mirassol, Lagoa Nova, CEP: 59.077-040, Natal-RN, inscrito no CNPJ sob o nº 08.506.339/0001-76, neste ato representado por seu Presidente MANOEL EGÍDIO DA SILVA JUNIOR, brasileiro, casado, e por seu Tesoureiro, JOSÉ ROCHA NETO, brasileiro, casado – declarados membros da diretoria deste Conselho conforme da Decisão Coren-RN nº 01/2024 – doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa (NOME DA EMPRESA), com sede na (ENDEREÇO COMERCIAL DA CONTRATADA), inscrita no CNPJ sob o nº XXXXXXXXXXXXXXXX, representada neste ato por seu Representante legal, (CARGO), (NOME DO REPRESENTANTE LEGAL), aqui denominado apenas CONTRATADA, consoante com o Processo nº XX/20XX e com o Pregão Eletrônico nº XX/2026, em observância às disposições pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em sua atual redação, resolvem celebrar o presente contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços contínuos de apoio administrativo, sob o regime de execução indireta de mão de obra com dedicação exclusiva para sede do Coren-RN, conforme detalhado no Termo de Referência.
- 1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Pregão Eletrônico nº xxxxx, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.
- 1.3. Objeto da contratação:



ITEM	ESPECIFICAÇÃO	LOCAL DE EXECUÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE / POSTOS	VALOR UNITÁRIO MENSAL	VALOR TOTAL (R\$)
1						

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência do contrato será de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado sucessivamente, na forma do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração, mantidas as condições iniciais da contratação e observados os limites legais.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor mensal da contratação é de R\$ xxxxxx () perfazendo o valor total **para 24 meses** de R\$ xxxxx.

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Conselho Regional de Enfermagem do Rio Grande do Norte, para o exercício de 2026, na classificação abaixo:

6.2.2.1.1.01.33.90.037.099 – Outros Serviços Terceirizados.

4.1. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.



5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no termo de referência;

5.2. A execução financeira do contrato observará, quando aplicável, os procedimentos de retenção, conta-depósito vinculada ou pagamento pelo fato gerador previstos no Termo de Referência e na legislação vigente.

6. CLÁUSULA SEXTA – REPACTUAÇÃO- REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO

6.1. Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado neste Termo de Contrato será repactuado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE, na forma estatuída no Decreto nº 2.271, de 1997, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 2017.

6.2. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

6.3. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

6.3.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

6.3.2. Para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa;

6.3.3. Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado: a partir da data limite para apresentação das propostas constante no termo de referência.



6.4. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

6.5. O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

6.6. Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

6.7. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

6.7.1. da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;

6.7.2. do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);

6.7.3. do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;

6.8. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

6.9. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com data base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

6.10. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.

6.11. A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros



ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

6.12 Quando a repactuação se referir aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato. A planilha deverá ser enviada também em formato eletrônico e aberto que permita a edição, para a realização das conferências necessárias.

6.13 Quando a repactuação se referir aos custos sujeitos à variação dos preços de mercado (insumos não decorrentes da mão de obra), a CONTRATADA demonstrará o respectivo aumento por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, considerando-se a aplicação do índice de reajustamento IPCA/IBGE (Índice Nacional de Preços do Consumidor Amplo), mediante a aplicação da seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual do serviço a ser reajustado;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta da licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

6.14 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

6.15 Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos insumos será, obrigatoriamente, o definitivo.

6.16 Caso o índice estabelecido para a repactuação de insumos venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.17 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos insumos e materiais, por meio de termo aditivo.



6.18 Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

6.18.1 a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

6.18.2 em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

6.18.3 em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

6.19 Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

6.20 A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos, podendo ser prorrogado, se necessário.

6.21 O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

6.22 As repactuações poderão ser formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

6.23 O CONTRATADO deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado, como condição para a repactuação, nos termos da alínea K do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. A CONTRATADA prestará garantia de 5% (cinco) por cento do valor do Contrato no valor de R\$ xxxxxxxx, na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.



8. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência.

9. CLÁUSULA NONA – PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

9.1. As partes comprometem-se a cumprir integralmente as disposições da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), bem como demais normas aplicáveis relativas ao tratamento de dados pessoais eventualmente acessados, compartilhados ou tratados em razão da execução deste Contrato.

9.2. A CONTRATADA obriga-se a utilizar os dados pessoais a que tiver acesso exclusivamente para a execução do objeto contratual, vedada sua utilização para finalidade diversa, compartilhamento indevido ou qualquer tratamento incompatível com as disposições legais e contratuais.

9.3. A CONTRATADA deverá adotar medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais e informações sigilosas contra acessos não autorizados, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

9.4. A CONTRATADA garantirá que seus empregados, prepostos, representantes e subcontratados eventualmente envolvidos na execução contratual observem os deveres de confidencialidade, sigilo e proteção de dados previstos na legislação vigente.

9.5. Caso ocorra incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares dos dados pessoais, a CONTRATADA deverá comunicar formalmente ao CONTRATANTE no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a sua ciência, fornecendo todas as informações necessárias para avaliação e adoção das medidas cabíveis.

9.6. Encerrada a execução contratual, a CONTRATADA deverá eliminar, devolver ou disponibilizar ao CONTRATANTE, conforme orientação deste, os dados pessoais tratados em decorrência do contrato, ressalvadas as hipóteses de guarda obrigatória previstas em lei.

9.7. A CONTRATADA responderá integralmente pelos danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros em decorrência do tratamento inadequado de dados pessoais ou do descumprimento das obrigações previstas nesta cláusula e na legislação aplicável.



9.8. O descumprimento das disposições desta cláusula poderá ensejar a aplicação das penalidades contratuais cabíveis, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e penal previstas na legislação vigente

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência;

10.2. MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO.

10.2.1 A CONTRATADA deverá manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista, econômico-financeira e qualificação técnica exigidas no procedimento licitatório que deu origem à presente contratação.

10.2.2 Sempre que solicitado pela CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá apresentar a documentação comprobatória da manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, observado o prazo fixado pela fiscalização contratual.

10.2.3 A superveniência de fato impeditivo à manutenção das condições de habilitação deverá ser comunicada imediatamente à CONTRATANTE, sem prejuízo da adoção das medidas administrativas cabíveis.

10.2.4 A perda ou não comprovação das condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação poderá ensejar a aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, bem como a rescisão contratual, observados o contraditório e a ampla defesa.

10.3. A CONTRATADA deverá manter, durante toda a vigência contratual, capital social e capacidade econômico-financeira compatíveis com as obrigações assumidas, preservando as condições que subsidiaram sua habilitação e contratação.

10.4. A CONTRATADA deverá comunicar formalmente ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, eventual exclusão do regime tributário do Simples Nacional ou qualquer alteração de enquadramento tributário que impacte a composição dos custos da contratação, apresentando documentação comprobatória e planilha de custos atualizada, quando cabível.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

11.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência;



12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com as consequências indicadas nos Art. 155 ao Art. 163 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 104 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. Constituem, ainda, hipóteses específicas para rescisão contratual, sem prejuízo das demais previstas nos arts. 137 e seguintes da Lei nº 14.133/2021:

I – o descumprimento reiterado das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fundiárias e fiscais relativas aos empregados vinculados à execução contratual;

II – a não comprovação, quando exigida pela fiscalização, do pagamento de salários, benefícios, encargos trabalhistas, recolhimentos previdenciários e depósitos do FGTS dos empregados alocados na execução dos serviços;

III – a utilização de empregados sem vínculo formal de trabalho ou em desacordo com a legislação trabalhista vigente;

IV – a substituição ou retirada de profissionais sem prévia comunicação ao CONTRATANTE, quando tal medida comprometer a continuidade ou a qualidade da execução dos serviços;

V – a reincidência no descumprimento dos níveis mínimos de qualidade ou dos indicadores de desempenho estabelecidos no Termo de Referência e demais documentos da contratação;

VI – a prática de atos de assédio moral, assédio sexual, discriminação ou qualquer conduta incompatível com os princípios da Administração Pública por empregados, prepostos ou representantes da CONTRATADA, quando devidamente apurados e não adotadas as medidas corretivas cabíveis;



VII – o descumprimento das obrigações relacionadas à proteção de dados pessoais e à segurança das informações, quando resultar em risco ou prejuízo ao CONTRATANTE ou a terceiros;

VIII – a perda das condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira ou técnica exigidas para a contratação, quando não regularizadas no prazo concedido pela Administração;

IX – a redução injustificada do capital social ou da capacidade econômico-financeira da CONTRATADA que comprometa a adequada execução contratual;

X – a cessão, transferência ou subcontratação do objeto contratual em desacordo com as disposições previstas no Edital, Termo de Referência ou neste Contrato;

XI – a recusa injustificada da CONTRATADA em promover a transição contratual ao término da vigência ou na hipótese de substituição do prestador de serviços.

12.6. Nas hipóteses previstas nesta cláusula, a rescisão será precedida de regular processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.

12.7. A rescisão contratual não afastará a aplicação das sanções administrativas cabíveis, tampouco a responsabilização da CONTRATADA por eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES

13.1. É vedado à CONTRATADA:

13.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

13.1.2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como do ANEXO X da IN/SEGES/MPDG nº 05, de 2017.

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, no Portal Nacional de Contratações Públicas, conforme previsto no Art. 54 da Lei nº 14.133/2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. É eleito o Foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/2021.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

Natal, xxxx de xxxxx de 2026.

MANOEL EGÍDIO DA SILVA JÚNIOR
COREN RN – Nº44.942-ENF
PRESIDENTE

JOSÉ ROCHA NETO
COREN RN – Nº 322.431 TE
TESOUREIRO



REPRESENTANTE LEGAL

TESTEMUNHAS:

1.

2.